

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 505.425 - GO (2019/0112133-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LUDMILA RORIZ
ADVOGADO : LUDMILA RORIZ - GO042922
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : LUAN DA SILVA CRUZ (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. EXCESSO DE PRAZO. JULGAMENTO DA APELAÇÃO QUE NÃO HAVIA OCORRIDO QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO *WRIT*. SUPERVENIÊNCIA DE ACÓRDÃO APRECIANDO O RECURSO. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE INTERESSE DE AGIR. PROGRESSÃO DE REGIME. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. INCOMPETÊNCIA DESTES SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA APRECIAR E JULGAR ORIGINARIAMENTE A CAUSA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE PREJUDICADA E, NO MAIS, NÃO CONHECIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUAN DA SILVA CRUZ, apontando como Autoridade Coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal, à pena total de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade (fls. 12-14).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação.

Neste *writ*, alega a Impetrante, em síntese, a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo para o julgamento da apelação, esclarecendo que o seu recurso foi distribuído no Tribunal de origem em dezembro de 2018.

Aduz, ainda, "[...] a demora para análise do pedido de progressão de regime pela Ilustre Juíza da 1ª Vara Criminal de Luziânia-GO" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, que o Paciente possa aguardar o desfecho da ação penal em liberdade.

Superior Tribunal de Justiça

O pedido liminar foi indeferido às fls. 22-23.

O pedido de reconsideração foi indeferido à fl. 78.

As informações foram prestadas às fls. 26-63 e 96-106.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 84-90).

É o relatório. Decido.

De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, a Apelação Criminal n.º 51778-47.2018.8.09.0100 foi julgada em 23/07/2019. Dessa forma, não há mais interesse na tramitação do presente *writ*, impetrado anteriormente à apreciação da via de impugnação interposta na origem.

No tocante à alegada demora na apreciação do pedido de progressão de regime pela Juíza da 1.ª Vara Criminal de Luziânia/GO, não se verifica qualquer pronunciamento do Tribunal de origem acerca das alegações suscitadas no presente *writ*.

Assim, está evidenciada a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar originariamente a causa, nos termos do que dispõe o art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República, pois não há pronunciamento do Tribunal de origem acerca da questão levantada neste *writ*.

Confira-se, a propósito, o seguinte precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS, IMPETRADO CONTRA ATO DE JUIZ DE DIREITO. INVIABILIDADE DE CONHECIMENTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. COMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA JULGAMENTO DE ATOS DE TRIBUNAL SUJEITO A SUA JURISDIÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Inviável o conhecimento por esta Corte Superior de alegação de constrangimento ilegal praticado por juiz de direito, uma vez que, na forma do art. 105, I, alínea 'c' da Carta da República, possui competência para atos emanados de Tribunal sujeito a sua jurisdição.

2. Agravo regimental improvido." (AgInt no HC 418.953/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 12/12/2017)

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO EM PARTE o pedido de *habeas corpus* e, no mais, NÃO CONHEÇO da impetração.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

